



Dinâmicas territoriais e desigualdades urbanas: análise comparativa das cidades mato-grossenses a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC

Caio Cesar Tomaz de Oliveira

Professor Mestre, UNEMAT, Brasil

caio.cesar@unemat.br

<https://orcid.org/0000-0002-7806-2741>

Nivalda da Costa Nunes

Professora Doutora, UNEMAT, Brasil

nivalda.costa@unemat.br

<https://orcid.org/0000-0002-0554-4168>

Leticia Barros Silva

Professora Especialista, UNEMAT, Brasil

leticia.barros1@unemat.br

<https://orcid.org/0009-0003-7921-9389>



Dinâmicas territoriais e desigualdades urbanas: análise comparativa das cidades mato-grossenses a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC

RESUMO

Objetivo - O objetivo principal deste trabalho é analisar e descrever o nível de engajamento e progresso de dez municípios do estado de Mato Grosso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Metodologia - O presente estudo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na análise de dados secundários apresentados em gráficos de barras. O método empregado é a análise comparativa de desempenho, onde as pontuações atribuídas a cada município em relação aos ODS específicos de cada eixo (Ambiental: ODS 6, 7, 12, 13, 14, 15; Econômico: ODS 8, 9, 10, 11; Institucional: ODS 16, 17) são comparadas entre as cidades e entre os diferentes objetivos. A interpretação dos dados visa identificar padrões, anomalias e tendências no cumprimento dos requisitos dos ODS pelos municípios.

Originalidade/relevância - O estudo insere-se no *gap* teórico da avaliação da performance municipal em relação aos ODS, especialmente em contextos regionais específicos como o de Mato Grosso, um estado com grande relevância ambiental e econômica para o Brasil. A literatura sobre a localização e implementação da Agenda 2030 em nível subnacional ainda carece de análises detalhadas que permitam identificar as nuances do progresso e os obstáculos em diferentes realidades municipais.

Resultados - Os municípios de Mato Grosso apresentam desempenho heterogêneo nos ODS. No eixo Ambiental, destacam-se em Água e Saneamento (ODS 6) e Energia Limpa (ODS 7), mas enfrentam desafios em Vida na Água (ODS 14) e Vida Terrestre (ODS 15). No eixo Econômico, há progresso em Cidades Sustentáveis (ODS 11) e Redução das Desigualdades (ODS 10), porém o desempenho é consistentemente baixo em Indústria e Inovação (ODS 9). No eixo Institucional, as cidades mostram avanços em Instituições Eficazes (ODS 16), mas demonstram fragilidade generalizada em Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17).

Contribuições teóricas/metodológicas - Metodologicamente, a pesquisa demonstra a aplicabilidade da análise comparativa de desempenho de múltiplos ODS para um diagnóstico abrangente da sustentabilidade em nível municipal, fornecendo um modelo descritivo que pode ser replicado em outras regiões para identificar potenciais e áreas de intervenção prioritária.

Contribuições sociais e ambientais - Identificar os ODS em que os municípios demonstram fragilidade, o estudo permite direcionar investimentos e ações para áreas críticas, como a conservação de ecossistemas fluviais e terrestres, o fomento à inovação e infraestrutura sustentável, e o fortalecimento de parcerias para a mobilização de recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade Urbana. Mato Grosso. ODS.

Territorial Dynamics and Urban Inequalities: A Comparative Analysis of Mato Grosso Cities Based on the Municipal Sustainable Development Index – IDSC

ABSTRACT

Objective - The main objective of this study is to analyze and describe the level of engagement and progress of ten municipalities in the state of Mato Grosso in relation to the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs).

Methodology - The present study adopts a quantitative and descriptive approach, based on the analysis of secondary data presented in bar charts. The method employed is comparative performance analysis, where the scores attributed to each municipality in relation to the specific SDGs of each axis (Environmental: SDGs 6, 7, 12, 13, 14, 15; Economic: SDGs 8, 9, 10, 11; Institutional: SDGs 16, 17) are compared among the cities and across different objectives. The



interpretation of the data aims to identify patterns, anomalies, and trends in the municipalities' fulfillment of SDG requirements.

Originality/Relevance - The study addresses a theoretical gap in the evaluation of municipal performance regarding the SDGs, especially in specific regional contexts such as Mato Grosso, a state of great environmental and economic relevance to Brazil. The literature on the localization and implementation of the 2030 Agenda at the subnational level still lacks detailed analyses that allow for the identification of nuances in progress and obstacles in different municipal realities.

Results - The municipalities of Mato Grosso show heterogeneous performance across the SDGs. In the Environmental axis, they excel in Water and Sanitation (SDG 6) and Clean Energy (SDG 7), but face challenges in Life Below Water (SDG 14) and Life on Land (SDG 15). In the Economic axis, there is progress in Sustainable Cities (SDG 11) and Reduced Inequalities (SDG 10), yet performance is consistently low in Industry and Innovation (SDG 9). In the Institutional axis, cities demonstrate advancements in Effective Institutions (SDG 16), but show widespread weakness in Partnerships and Means of Implementation (SDG 17).

Theoretical/Methodological Contributions - Methodologically, the research demonstrates the applicability of comparative performance analysis of multiple SDGs for a comprehensive diagnosis of sustainability at the municipal level, providing a descriptive model that can be replicated in other regions to identify potentials and priority intervention areas.

Social and Environmental Contributions - By identifying the SDGs in which municipalities demonstrate fragility, the study allows for directing investments and actions towards critical areas, such as the conservation of fluvial and terrestrial ecosystems, the promotion of innovation and sustainable infrastructure, and the strengthening of partnerships for resource mobilization.

KEYWORDS: Urban Sustainability. Mato Grosso. ODS

Dinámicas Territoriales y Desigualdades Urbanas: Análisis Comparativo de las Ciudades de Mato Grosso a Partir del Índice de Desarrollo Sostenible de las Ciudades - IDSC

RESUMEN

Objetivo - El objetivo principal de este trabajo es analizar y describir el nivel de compromiso y progreso de diez municipios del estado de Mato Grosso en relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

Metodología - El presente estudio adopta un enfoque cuantitativo y descriptivo, basado en el análisis de datos secundarios presentados en gráficos de barras. El método empleado es el análisis comparativo de desempeño, donde las puntuaciones atribuidas a cada municipio en relación con los ODS específicos de cada eje (Ambiental: ODS 6, 7, 12, 13, 14, 15; Económico: ODS 8, 9, 10, 11; Institucional: ODS 16, 17) se comparan entre las ciudades y entre los diferentes objetivos. La interpretación de los datos busca identificar patrones, anomalías y tendencias en el cumplimiento de los requisitos de los ODS por parte de los municipios.

Originalidad/Relevancia - El estudio se inserta en la brecha teórica de la evaluación del desempeño municipal en relación con los ODS, especialmente en contextos regionales específicos como el de Mato Grosso, un estado de gran relevancia ambiental y económica para Brasil. La literatura sobre la localización e implementación de la Agenda 2030 a nivel subnacional aún carece de análisis detallados que permitan identificar los matices del progreso y los obstáculos en diferentes realidades municipales.

Resultados - Los municipios de Mato Grosso presentan un desempeño heterogéneo en los ODS. En el eje Ambiental, destacan en Agua y Saneamiento (ODS 6) y Energía Limpia (ODS 7), pero enfrentan desafíos en Vida Submarina (ODS 14) y Vida de Ecosistemas Terrestres (ODS 15). En el eje Económico, hay progreso en Ciudades Sostenibles (ODS 11) y Reducción de las Desigualdades (ODS 10), sin embargo, el desempeño es consistentemente bajo en Industria e Innovación (ODS 9). En el eje Institucional, las ciudades muestran avances en Instituciones Eficaces (ODS 16), pero demuestran una fragilidad generalizada en Alianzas para lograr los Objetivos (ODS 17).

Contribuciones Teóricas/Metodológicas - Metodológicamente, la investigación demuestra la aplicabilidad del análisis comparativo de desempeño de múltiples ODS para un diagnóstico integral de la sostenibilidad a nivel



municipal, proporcionando un modelo descriptivo que puede ser replicado en otras regiones para identificar potenciales y áreas de intervención prioritaria.

Contribuciones Sociales y Ambientales - Al identificar los ODS en los que los municipios demuestran fragilidad, el estudio permite direccionar inversiones y acciones hacia áreas críticas, como la conservación de ecosistemas fluviales y terrestres, el fomento de la innovación e infraestructura sostenible, y el fortalecimiento de alianzas para la movilización de recursos.

PALABRAS CLAVE: Sostenibilidad Urbana. Mato Grosso. ODS.



1 INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso, um dos principais expoentes do agronegócio brasileiro e peça-chave na balança comercial nacional, tem experimentado um intenso processo de transformação territorial nas últimas décadas. A expansão da fronteira agrícola — fenômeno amplamente estudado por autores como Garcia Júnior e Costa (2017) e Garrett et al. (2018) — e a modernização das cadeias produtivas impulsionam não apenas o crescimento econômico, mas também aceleram o processo de urbanização, impactando diretamente a configuração espacial das cidades mato-grossenses (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). No entanto, este desenvolvimento econômico, baseado essencialmente na agroexportação, não tem se refletido de forma homogênea em melhorias das condições de vida da população urbana, o que acentua desigualdades sociais e territoriais.

A criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formalizados pela Organização das Nações Unidas em 2015, representou um marco global na definição de metas e estratégias para enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030, estabelecendo um pacto internacional orientado para a promoção do desenvolvimento sustentável em múltiplas dimensões (Organização das Nações Unidas, 2015).

Nesse cenário, o Brasil destaca-se como o único país do mundo a contar com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), ferramenta elaborada pelo Instituto Cidades Sustentáveis que permite o monitoramento sistemático do desempenho dos 5.570 municípios brasileiros em relação aos 17 ODS (Instituto Cidades Sustentáveis, 2023). Tal instrumento confere ao Brasil uma posição singular ao possibilitar análises territoriais detalhadas e subsidiar a formulação de políticas públicas locais alinhadas aos compromissos globais, promovendo uma governança mais qualificada e baseada em evidências.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC, ao reunir indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais, constitui-se em um importante instrumento para diagnosticar essas disparidades e promover uma visão sistêmica do desenvolvimento sustentável. Como destacam Sachs et al. (2019), a avaliação do progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deve considerar as interconexões entre os objetivos, o que reforça a necessidade de análises territoriais integradas.

Neste contexto, o presente estudo propõe uma análise comparativa entre os cinco municípios de Mato Grosso mais bem classificados e os cinco piores classificados no IDSC, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (2023), que mede o desempenho dos municípios brasileiros frente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU na Agenda 2030. Por meio desta análise, pretende-se investigar como se configuram as desigualdades socioespaciais no território mato-grossense, observando não apenas os indicadores numéricos, mas também a sua distribuição espacial, com o suporte de representações cartográficas.

Além disso, busca-se compreender se há relações ou padrões territoriais entre esses municípios — como proximidade geográfica, inserção em microrregiões semelhantes ou vínculos econômicos — capazes de revelar dinâmicas estruturais. Estudos recentes de Santos (2021) apontam que a localização geográfica e a integração territorial influenciam diretamente o acesso



aos recursos e às oportunidades de desenvolvimento local.

A relevância deste enfoque se justifica em face da constatação de que o modelo de desenvolvimento hegemônico em Mato Grosso, orientado pela expansão agrícola e pela lógica produtivista, tem produzido um crescimento urbano marcado pela fragmentação e pela segregação socioespacial (Becker, 2013). Tal modelo, conforme adverte Maricato (2011), tende a aprofundar desigualdades e a limitar o acesso da população aos benefícios do crescimento econômico, sobretudo nas periferias urbanas.

Neste sentido, ao espacializar os dados relativos às cidades melhor e menos bem classificadas no IDSC por meio de mapas temáticos, este estudo busca identificar a localização dessas cidades no território estadual, analisar sua distribuição geográfica e avaliar possíveis vínculos ou padrões de conexão entre elas.

2 OBJETIVOS

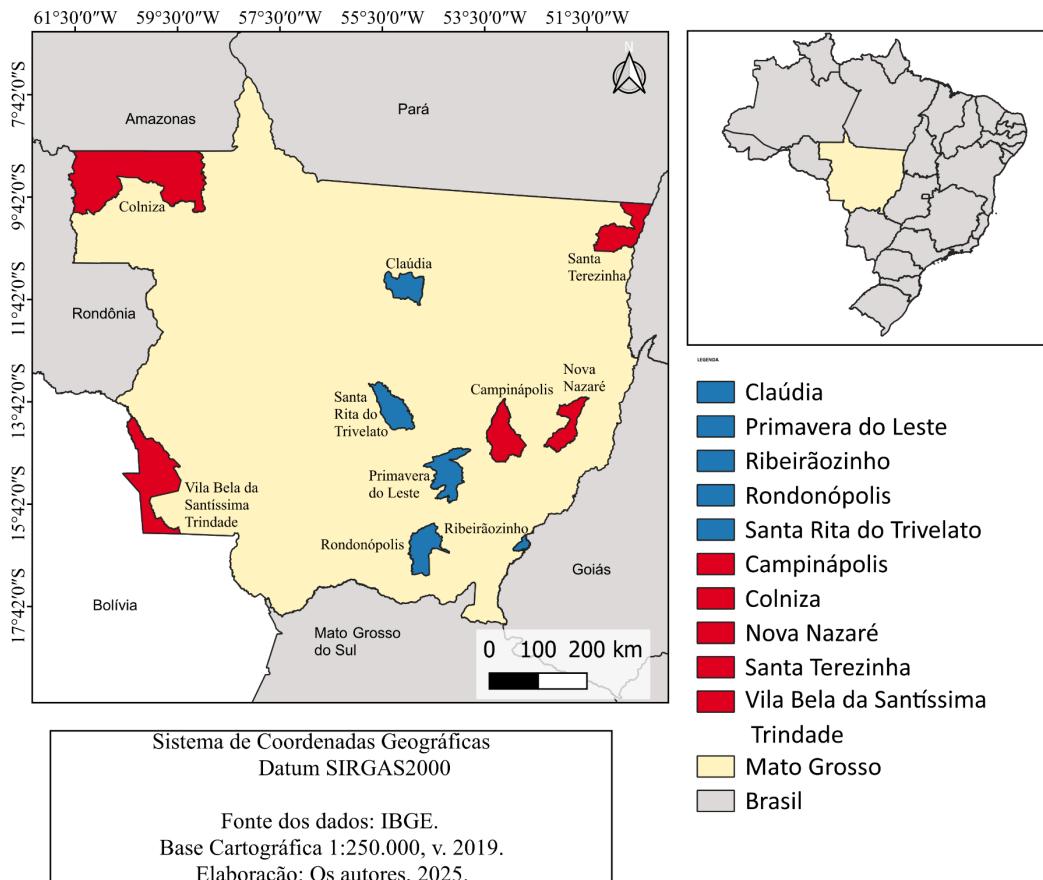
O presente estudo tem como objetivo geral analisar comparativamente os cinco municípios de Mato Grosso mais bem classificados e os cinco piores classificados no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), a fim de compreender as dinâmicas territoriais, socioeconômicas e ambientais que estruturam as desigualdades urbanas no estado. Para isso, busca-se, em primeiro lugar, identificar e comparar os indicadores de desempenho desses municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressaltando os principais contrastes existentes entre os dois grupos. Em seguida, pretende-se mapear a distribuição espacial dos municípios analisados, investigando sua localização, possíveis padrões de proximidade geográfica e eventuais vínculos regionais ou econômicos que possam contribuir para a compreensão das disparidades observadas.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

O estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil e detentor de um dos maiores territórios do país, é um espaço geográfico marcado por contrastes e por uma intensa transformação socioeconômica nas últimas décadas. Originalmente caracterizado por uma ocupação esparsa e pela presença dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, o estado tornou-se o epicentro da expansão da fronteira agrícola brasileira a partir da década de 1970 (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos municípios analisados no estado de Mato Grosso, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Foram analisados dez municípios do estado de Mato Grosso, selecionados a partir de seu desempenho no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). O grupo com as cinco melhores pontuações no índice é composto por Rondonópolis, Santa Rita do Trivelato, Ribeirãozinho, Cláudia e Primavera do Leste, que estão representados em cor azul na Figura 1. Observa-se que esses municípios apresentam características territoriais distintas e, em sua maioria, são geograficamente afastados entre si. Em termos econômicos, destaca-se a presença do agronegócio como um dos principais vetores de crescimento urbano e desenvolvimento socioeconômico local, refletindo diretamente na melhoria dos indicadores avaliados pelo IDSC.

Por outro lado, os cinco municípios com os menores desempenhos no IDSC são Vila Bela da Santíssima Trindade, Colniza, Santa Terezinha, Nova Nazaré e Campinápolis, que estão representados em cor vermelha na Figura 1. Estes municípios apresentam realidades socioeconômicas distintas do primeiro grupo, com economias predominantemente baseadas na pecuária extensiva e em práticas produtivas de baixa complexidade tecnológica, o que contribui para níveis mais baixos nos indicadores de sustentabilidade urbana, social e ambiental.

Essa análise comparativa permite compreender como as dinâmicas econômicas locais — seja pela força do agronegócio ou pela predominância de atividades pecuárias tradicionais —



influenciam diretamente os níveis de desenvolvimento sustentável das cidades mato-grossenses, refletindo nas diferentes performances identificadas pelo IDSC.

3.2 Procedimento metodológico

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem quantitativa e analítico-comparativa, tendo como referência principal os dados disponibilizados pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), iniciativa brasileira desenvolvida pelo Instituto Cidades Sustentáveis (2023). O IDSC é uma ferramenta de mensuração e acompanhamento do desempenho dos municípios brasileiros frente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda representa um pacto global firmado por 193 países, contendo 17 objetivos e 169 metas voltadas à erradicação da pobreza, promoção da saúde e do bem-estar, garantia de educação de qualidade, redução das desigualdades, combate às mudanças climáticas, entre outros desafios interligados do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A metodologia do IDSC consiste na sistematização de 100 indicadores oficiais, distribuídos entre os 17 ODS, operacionalizando o monitoramento das metas globais em escala municipal. Esses indicadores são obtidos a partir de fontes reconhecidas e confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Saúde (DATASUS) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados são padronizados em uma escala de 0 a 100, permitindo a comparação entre municípios de diferentes portes e regiões, sendo que pontuações mais elevadas indicam melhor desempenho relativo ao ODS correspondente. A pontuação geral de cada município é obtida pela média simples dos desempenhos em cada um dos objetivos, resultando em um índice que expressa seu nível agregado de desenvolvimento sustentável (Instituto Cidades Sustentáveis, 2023).

Neste trabalho, procedeu-se inicialmente à seleção dos cinco municípios de Mato Grosso com melhor desempenho e dos cinco municípios com pior desempenho no ranking geral do IDSC 2023, constituindo dois grupos contrastantes para análise. Após essa seleção, foram coletados os dados específicos de cada município, tanto em relação à pontuação geral quanto às pontuações individuais para cada um dos 17 ODS.

A partir da base completa disponibilizada pelo IDSC, foi realizada a extração de todos os dados em formato aberto, possibilitando sua importação para o software Microsoft Excel. Na ferramenta, procedeu-se a uma filtragem específica para o estado de Mato Grosso, de modo a isolar os municípios pertencentes a essa unidade federativa. Em seguida, com base na classificação geral do índice, foram selecionados os cinco municípios com as melhores pontuações e os cinco com os piores desempenhos no ranking estadual. Com essas informações, foi realizada uma análise comparativa, buscando identificar padrões, contrastes e eventuais semelhanças nos indicadores socioeconômicos, ambientais e institucionais que caracterizam esses municípios.

Complementarmente, os municípios selecionados foram espacializados em mapas temáticos, com o auxílio de ferramentas de geoprocessamento, a fim de analisar sua distribuição



territorial no estado de Mato Grosso. Essa espacialização visou observar possíveis relações entre a localização geográfica, a inserção regional e a dinâmica econômica dos municípios, considerando fatores como proximidade espacial, pertencimento a microrregiões comuns e existência de vínculos econômicos regionais.

Considerando a abrangência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que totalizam dezessete metas globais, optou-se por agrupar os indicadores em quatro eixos temáticos para fins de análise. O **Eixo Social** compreendeu os ODS 1 (Eradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade) e 5 (Igualdade de Gênero). O **Eixo Ambiental** abrangeu os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Limpa e Acessível), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre). O **Eixo Econômico** englobou os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades) e o 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Por fim, o **Eixo Institucional** reuniu os ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Essa sistematização visou facilitar a análise comparativa dos municípios, permitindo uma leitura mais estruturada do desempenho em cada dimensão do desenvolvimento sustentável. Por fim, os dados foram interpretados à luz da literatura científica sobre desenvolvimento territorial, desigualdades socioespaciais e sustentabilidade urbana, permitindo articular os resultados empíricos a reflexões teóricas e discutir suas implicações para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável no contexto mato-grossense.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030: DO GLOBAL AO LOCAL

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora multifacetado, foi globalmente popularizado como o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46). Esta noção evoluiu de uma abordagem predominantemente ambiental para uma visão multidimensional que hoje integra de forma indissociável as esferas social, econômica, ambiental e institucional. A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam a consolidação dessa visão, estabelecendo um plano de ação universal cuja eficácia, no entanto, depende fundamentalmente de sua "localização" (ONU, 2015).

A localização não é uma mera aplicação de metas globais, mas um processo político de tradução e adaptação às realidades, capacidades e prioridades de cada território. A avaliação do progresso, portanto, deve considerar as sinergias e as trocas entre os diferentes objetivos (Sachs et al., 2019). Ferramentas como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), utilizado neste trabalho, tornam-se importantes, pois permitem não apenas monitorar o desempenho, mas também fornecer um diagnóstico que subsidia a governança local e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

A virada do milênio marcou um esforço global sem precedentes para combater os principais desafios do desenvolvimento com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



(ODM). Ao final de seu ciclo, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma agenda ainda mais ampla e universal: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Fruto de um amplo processo de negociação que envolveu governos, sociedade civil e setor privado, esta nova agenda se materializou em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, concebidos para serem "integrados e indivisíveis", equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015). Diferentemente dos ODM, que focavam principalmente nos países em desenvolvimento, os ODS constituem um chamado à ação para todos os países, reconhecendo a natureza interconectada dos desafios globais (Figura 2).

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2016).

A implementação da Agenda 2030 no Brasil foi formalizada por meio da criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do Decreto nº 8.892 de 2016. Esta comissão, de natureza paritária entre governo e sociedade civil, teve como missão inicial internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação dos ODS no país (Brasil, 2016). Um dos conceitos-chave para a aplicação da agenda em um país de dimensões continentais e com profundas desigualdades como o Brasil é o de "localização". Este processo consiste na adaptação das metas globais aos contextos subnacionais (estaduais e municipais), envolvendo governos locais, sociedade civil e cidadãos na concretização dos ODS (UNDP, 2017). A localização é fundamental, pois, como afirma o próprio secretariado da ONU, muitas das batalhas pelo desenvolvimento sustentável serão "ganhas ou perdidas nas cidades" (CGLU, 2017).

Nesse contexto, a relação entre os ODS e o planejamento urbano e regional torna-se explícita e crucial. O ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa "tornar as cidades



e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", é o eixo central dessa conexão, mas não o único. Metas relacionadas ao acesso à moradia adequada (meta 11.1), transporte público (meta 11.2), urbanização inclusiva e planejamento participativo (meta 11.3) dialogam diretamente com os instrumentos da política urbana brasileira, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e os planos diretores municipais (IPEA, 2019).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em seu trabalho de adequação das metas globais à realidade brasileira, ressalta que o planejamento integrado é essencial. A meta 11.a, por exemplo, destaca a necessidade de "apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento" (IPEA, s.d.). Isso evidencia que a sustentabilidade urbana não pode ser alcançada de forma isolada, demandando uma articulação interfederativa e uma visão territorial que transcenda os limites municipais.

Para apoiar os gestores locais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e outras organizações desenvolveram guias e ferramentas que traduzem a complexidade da Agenda 2030 para a realidade municipal (CNM, 2021). No entanto, a integração efetiva dos ODS ao planejamento urbano e regional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos, como a baixa capacidade técnica e financeira de muitos municípios, a desarticulação entre políticas setoriais e a necessidade de fortalecer os canais de participação social para que a Agenda 2030 não seja apenas uma carta de intenções, mas um roteiro efetivo para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis para todos.

O modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil, e particularmente em Mato Grosso, está intrinsecamente ligado à produção de desigualdades. A urbanização decorrente da expansão do agronegócio não resulta, necessariamente, em cidades mais justas ou inclusivas. Pelo contrário, o crescimento urbano no país tem sido marcado por uma lógica de espoliação, na qual a terra urbana é tratada como mercadoria, levando à segregação socioespacial e à precarização da vida, sobretudo nas periferias (Maricato, 2011).

A modernização agrícola em Mato Grosso, impulsionada pelo que a geografia crítica denomina "meio técnico-científico-informacional", reorganizou o território de forma seletiva e hierárquica (Santos, 2021). A expansão de uma agricultura de alta tecnologia, conectada aos circuitos globais de capital, cria "espaços luminosos" de modernidade, enquanto produz, simultaneamente, "espaços opacos", onde a população local não partilha dos mesmos benefícios, gerando profundas contradições (Becker, 2013). Essa dinâmica redefine as fronteiras e acelera uma urbanização que reflete as tensões do campo, como observado na relação entre o agronegócio e a rede urbana de Mato Grosso (Garcia Júnior & Costa, 2017).

Essa "urbanização imperfeita" (Maricato, 2011) ajuda a explicar por que um município pode apresentar alto desempenho econômico e, ao mesmo tempo, exibir baixas pontuações em ODS sociais, como Erradicação da Pobreza (ODS 1) ou Redução das Desigualdades (ODS 10). A análise comparativa dos ODS, portanto, permite visualizar empiricamente as teses de teóricos como Maricato (2011) e Becker (2013). Sob essa ótica, o IDSC transcende a simples medição de indicadores e se torna uma ferramenta para desvendar as estruturas profundas que produzem e perpetuam a desigualdade no território mato-grossense.

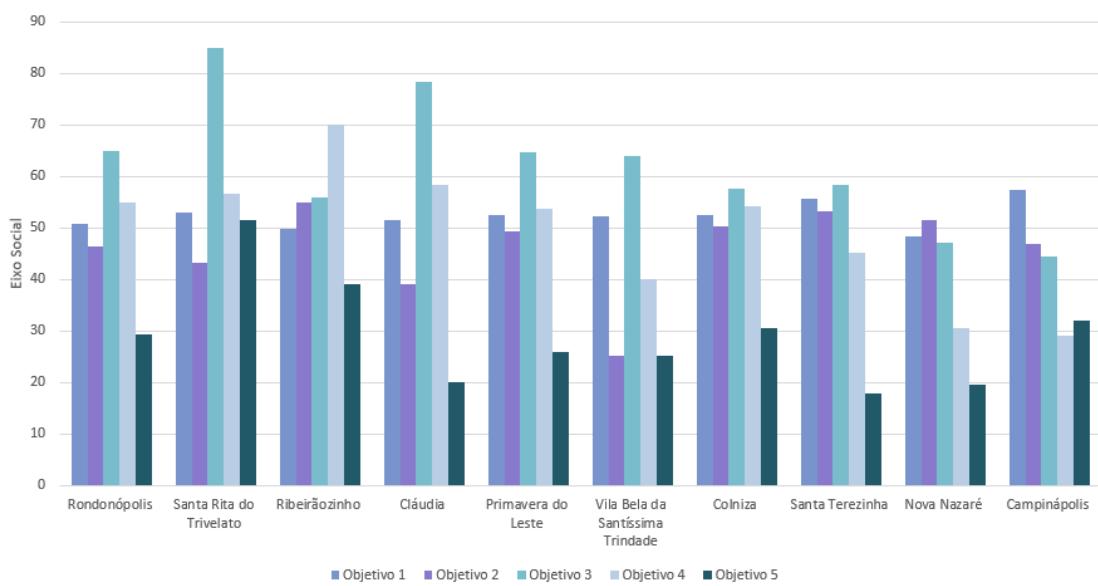
Para compreender as disparidades entre os municípios mato-grossenses, o espaço não

pode ser entendido como um palco neutro, mas como um produto e produtor de relações sociais. O território é um "espaço usado", um conjunto indissociável de sistemas de objetos (infraestruturas, plantações, cidades) e sistemas de ações (políticas, fluxos de capital, relações sociais) que o moldam e lhe conferem sentido (Santos, 2021).

5 RESULTADOS

Os gráficos abaixo mostram os resultados dos cinco municípios com as melhores pontuações e os cinco com os piores desempenhos no ranking estadual, para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sendo que os eixos foram agrupados de acordo com suas características em: Eixo Social (ODS 1,2,3,4 e 5); Eixo Ambiental (ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15); Eixo Econômico (ODS 8, 9, 10 e 11); e o Eixo Institucional (ODS 16 e 17). Os valores obtidos para os cinco ODS analisados do Eixo Social referentes as dez cidades do estado de Mato Grosso podem ser observados nos gráficos (Figura 3).

Figura 3 – Análise do Eixo Social das cidades analisadas no estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

A leitura do gráfico revela nuances importantes sobre a performance de dez municípios mato-grossenses em relação aos cinco primeiros ODS, com foco no **Eixo Social**. Estes objetivos, que abrangem desde a erradicação da pobreza até a promoção da igualdade de gênero, compõem dimensões essenciais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, conforme preconiza a Agenda 2030 da ONU.

De início, destaca-se que municípios como Santa Rita do Trivelato e Ribeirãozinho obtiveram desempenhos expressivos, especialmente nos indicadores relacionados ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ao ODS 4 (Educação de Qualidade), ambos com pontuações acima de 70. Esse resultado pode estar relacionado à forte presença de cadeias

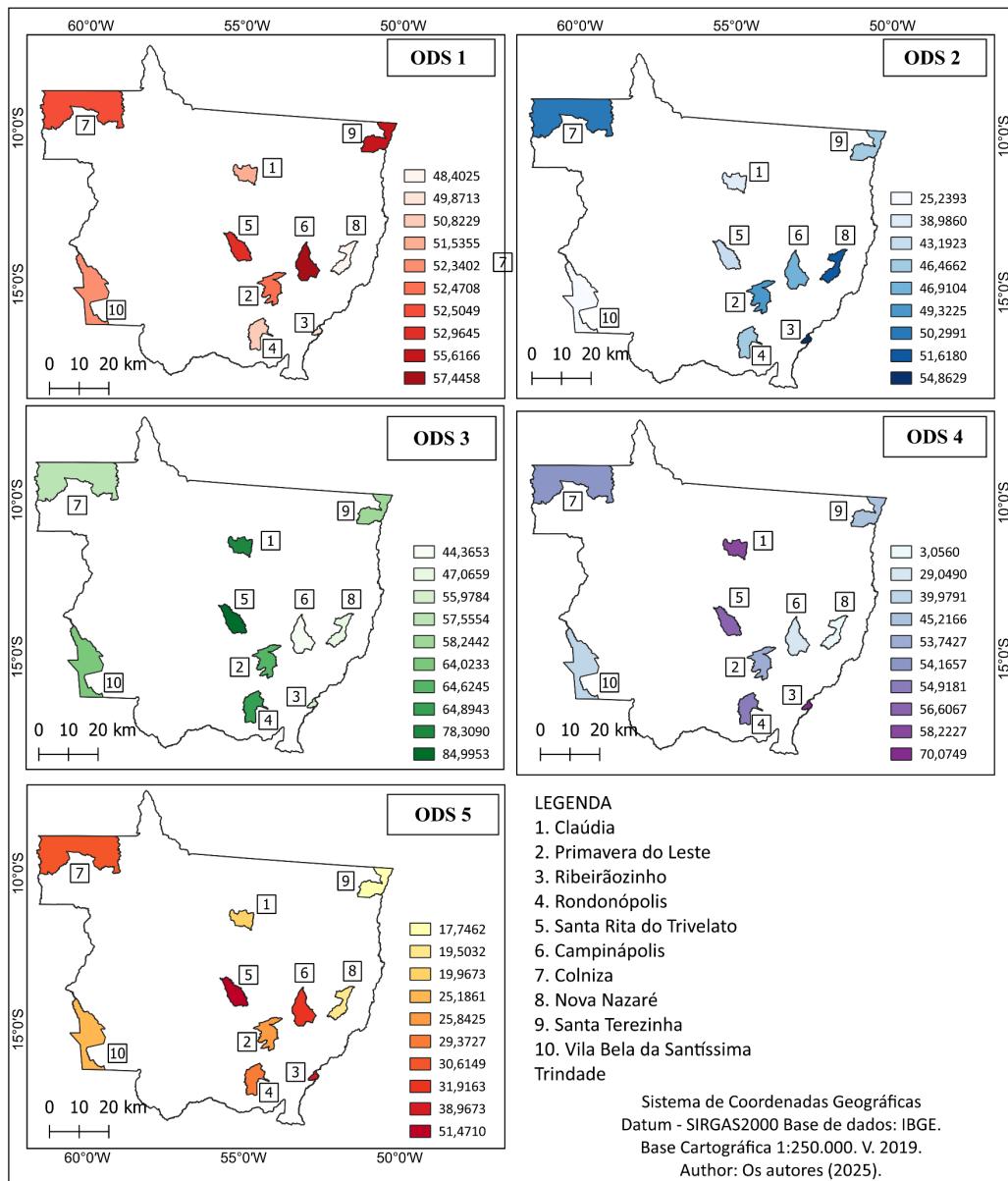


produtivas agrícolas organizadas e políticas educacionais mais eficazes ou mais bem estruturadas nesses municípios, que tendem a gerar impactos positivos nos indicadores sociais associados. A boa performance no ODS 2 nesses municípios também pode refletir a vocação agropecuária da região, onde o agronegócio estruturado pode, em certas condições, promover segurança alimentar e dinamização econômica local.

Em contrapartida, municípios como Cláudia, Santa Terezinha, Nova Nazaré e Campinápolis apresentaram os piores desempenhos gerais, principalmente em relação ao ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza), com pontuações frequentemente abaixo de 30. Esses resultados indicam que, apesar de avanços em setores específicos, ainda persistem desafios estruturais relacionados à equidade social, distribuição de renda e combate às desigualdades de gênero. Esse fato pode ser interpretado como um alerta, pois aponta para a existência de contextos em que a vulnerabilidade social e a exclusão de grupos minoritários, especialmente mulheres, continuam sendo características marcantes. O desempenho frágil no ODS 5 reflete uma tendência nacional já apontada por estudos recentes, que destacam a persistência das desigualdades de gênero, especialmente em contextos rurais e em municípios de menor porte populacional (Instituto Cidades Sustentáveis, 2023).

Outro aspecto relevante é a heterogeneidade dos resultados entre os ODS, mesmo dentro de um mesmo município. Em várias localidades, observa-se um desempenho relativamente elevado em Educação (ODS 4) e Saúde (ODS 3), mas pontuações muito baixas em Igualdade de Gênero (ODS 5) e Pobreza (ODS 1) (Figura 4). Essa disparidade revela a ausência de uma política integrada de desenvolvimento social, indicando que avanços setoriais não são suficientes para garantir o cumprimento pleno das metas da Agenda 2030. Ou seja, o progresso em educação ou saúde, quando não articulado a políticas de combate à pobreza e promoção da igualdade, acaba tendo um impacto limitado no desenvolvimento humano integral da população.

Figura 4 – Espacialização dos dados do Eixo Social nas cidades analisadas no estado de Mato Grosso



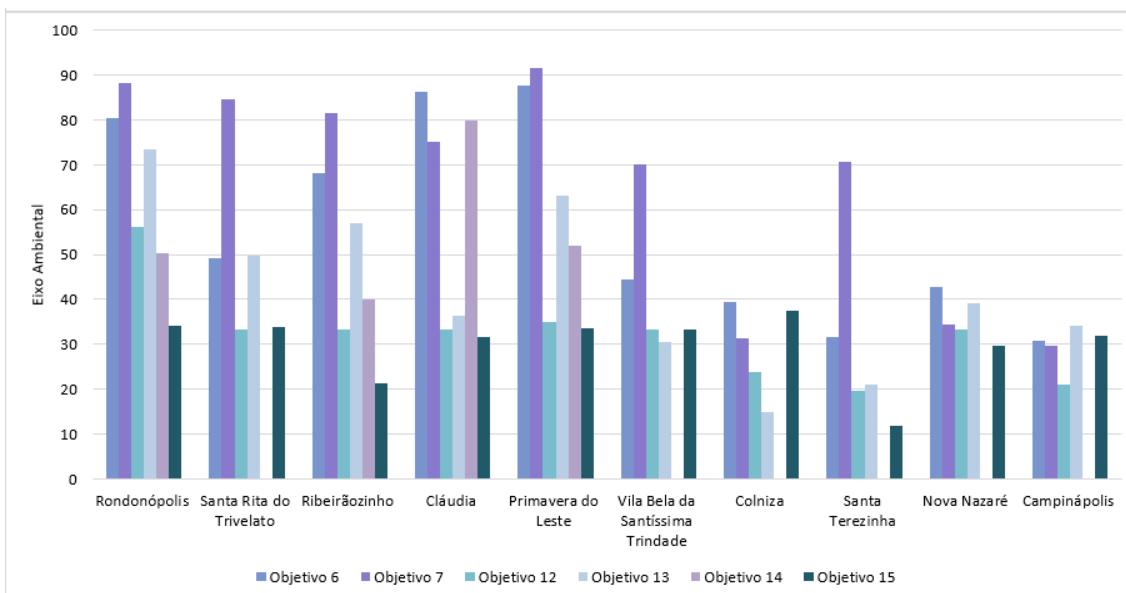
Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

A espacialização desses dados associada ao entendimento das características territoriais e socioeconômicas locais, pode trazer respostas importantes sobre os fatores que influenciam tais disparidades. Fatores como isolamento geográfico, baixa densidade populacional, precariedade das redes de infraestrutura urbana e fragilidade institucional são hipóteses que podem explicar o baixo desempenho em determinados ODS. Além disso, o histórico de ocupação territorial de Mato Grosso, marcado pela expansão do agronegócio e pela baixa integração socioeconômica de muitas comunidades locais, contribui para a reprodução de desigualdades e dificulta a consolidação de políticas públicas inclusivas e eficazes (Becker, 2013;

Maricato, 2011).

Em seguida, são apresentados os dados referentes ao **Eixo Ambiental**, que concentra o maior número de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentre os eixos analisados. Destaca-se que diversos municípios avaliados não obtiveram pontuação no **ODS 14 – Vida na Água**, fato que pode ser interpretado à luz de sua localização geográfica, muitas vezes afastada de corpos hídricos significativos ou do litoral, o que limita a aplicação direta de indicadores relacionados à conservação e uso sustentável dos recursos aquáticos (Figura 5).

Figura 5 – Análise do Eixo Ambiental das cidades analisadas no estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

Em uma análise pormenorizada por ODS, destaca-se o desempenho robusto de várias cidades, como Rondonópolis, Santa Rita do Trivelato, Cláudia e, notavelmente, Primavera do Leste, nos Objetivos 6 e 7. Atingindo pontuações superiores a 80 em muitos casos, esses resultados sugerem uma infraestrutura consolidada e/ou políticas eficazes no que tange ao acesso à água potável e saneamento básico, bem como à promoção de fontes de energia limpa e acessível. Este é um indicativo positivo do compromisso com a base de bem-estar ambiental e social nesses municípios.

Contrariamente, os Objetivos 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre) emergem como os principais desafios para a maioria dos municípios analisados. As pontuações consistentemente baixas observadas para o ODS 14, particularmente em cidades como Santa Terezinha e Vila Bela da Santíssima Trindade, são notáveis. Dada a localização geográfica de Mato Grosso, um estado sem litoral, a interpretação deste ODS deve ser contextualizada para refletir a gestão e conservação de ecossistemas de água doce, como rios, córregos e bacias hidrográficas, que são de vital importância para a região.

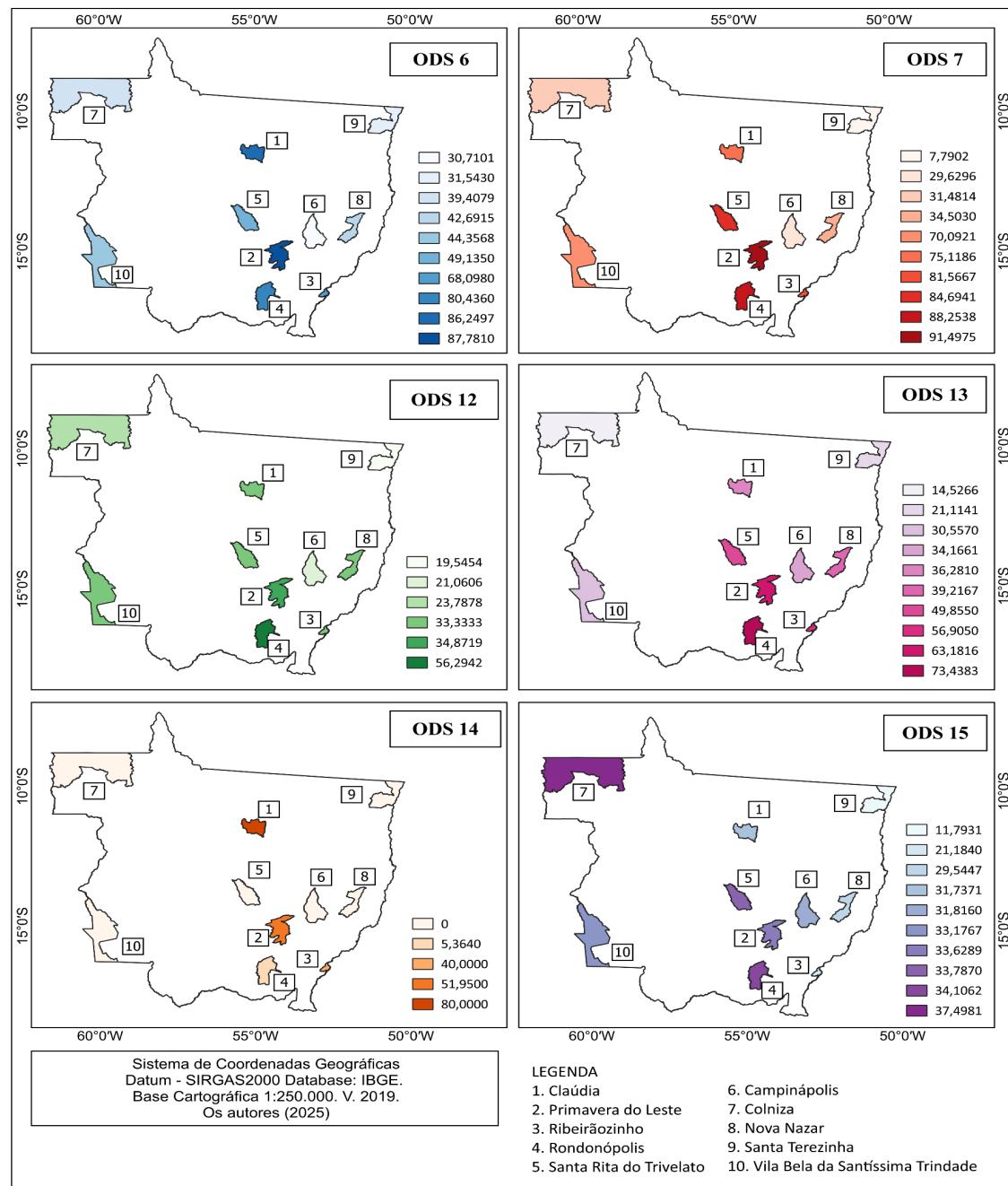
As baixas pontuações neste objetivo podem sinalizar deficiências na proteção desses recursos hídricos interiores. Similarmente, o ODS 15, que abrange a proteção, restauração e promoção do uso sustentável de ecossistemas terrestres, incluindo a rica biodiversidade do



bioma amazônico e do cerrado, também exibe pontuações modestas em diversas cidades, sugerindo a necessidade de intensificação de ações de conservação e combate ao desmatamento e à degradação ambiental.

Os Objetivos 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) apresentam um quadro misto. Embora algumas cidades, como Cláudia e Primavera do Leste, demonstrem esforços significativos no Objetivo 13, e Ribeirãozinho no Objetivo 12, a variação entre os municípios é considerável. Isso indica que, embora haja iniciativas em curso, a adoção generalizada de práticas de consumo e produção sustentáveis, bem como a implementação de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ainda demandam maior abrangência e consistência em todo o estado. A espacialização desses dados pode ser observada na Figura 6, onde mostra os dados das ODS para cada uma das cidades analisadas.

Figura 6 – Espacialização dos dados do Eixo Ambiental nas cidades analisadas no estado de Mato Grosso



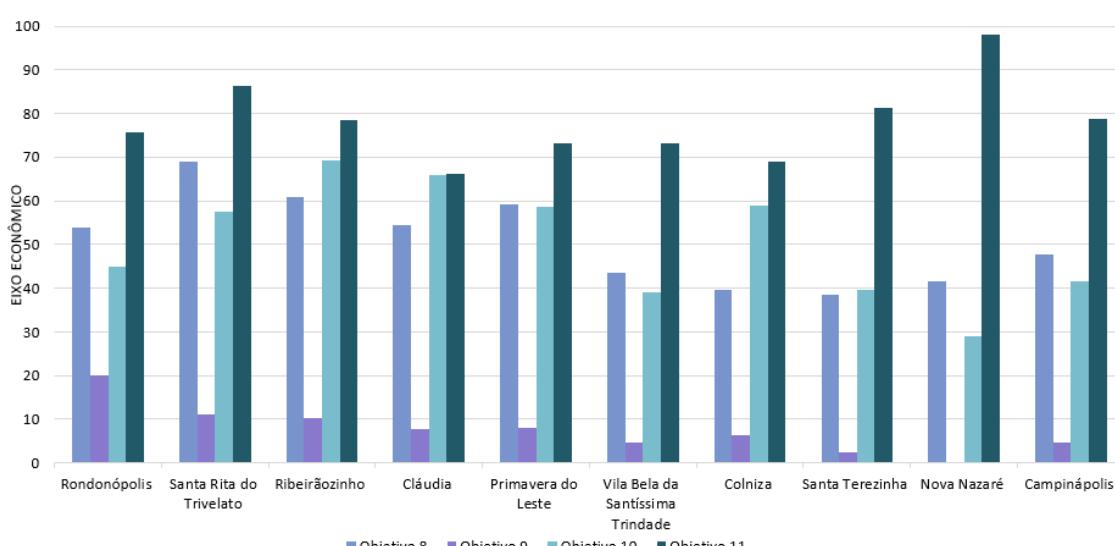
Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

As disparidades no desempenho entre os municípios podem ser atribuídas a uma multiplicidade de fatores, incluindo o nível de desenvolvimento econômico local, a capacidade institucional dos governos municipais, a conscientização e participação cívica, e a priorização política das agendas ambientais. Municípios como Primavera do Leste, que se destacam em múltiplos ODS, poderiam servir como modelos para a disseminação de boas práticas e a

promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável em outras localidades do estado.

O terceiro eixo analisado corresponde ao **Eixo Econômico**, que, de modo geral, apresentou um padrão recorrente de baixa pontuação entre os municípios avaliados. Destaca-se, nesse contexto, o **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura**, que se sobressaiu como o indicador com os resultados mais baixos, evidenciando fragilidades significativas na capacidade produtiva, nos investimentos em inovação tecnológica e na qualidade da infraestrutura local (Figura 7).

Figura 7 – Análise do Eixo Econômico das cidades analisadas no estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

No que tange ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), observa-se um desempenho moderado a baixo na maioria dos municípios avaliados. Rondonópolis e Cláudia apresentam pontuações relativamente mais altas, situando-se entre 50 e 55, enquanto Santa Terezinha, Colniza e Campinápolis registram os valores mais baixos, abaixo de 40. Este padrão de baixo desempenho generalizado sugere desafios persistentes na criação de empregos formais, na garantia de direitos trabalhistas e na promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável em diversas localidades.

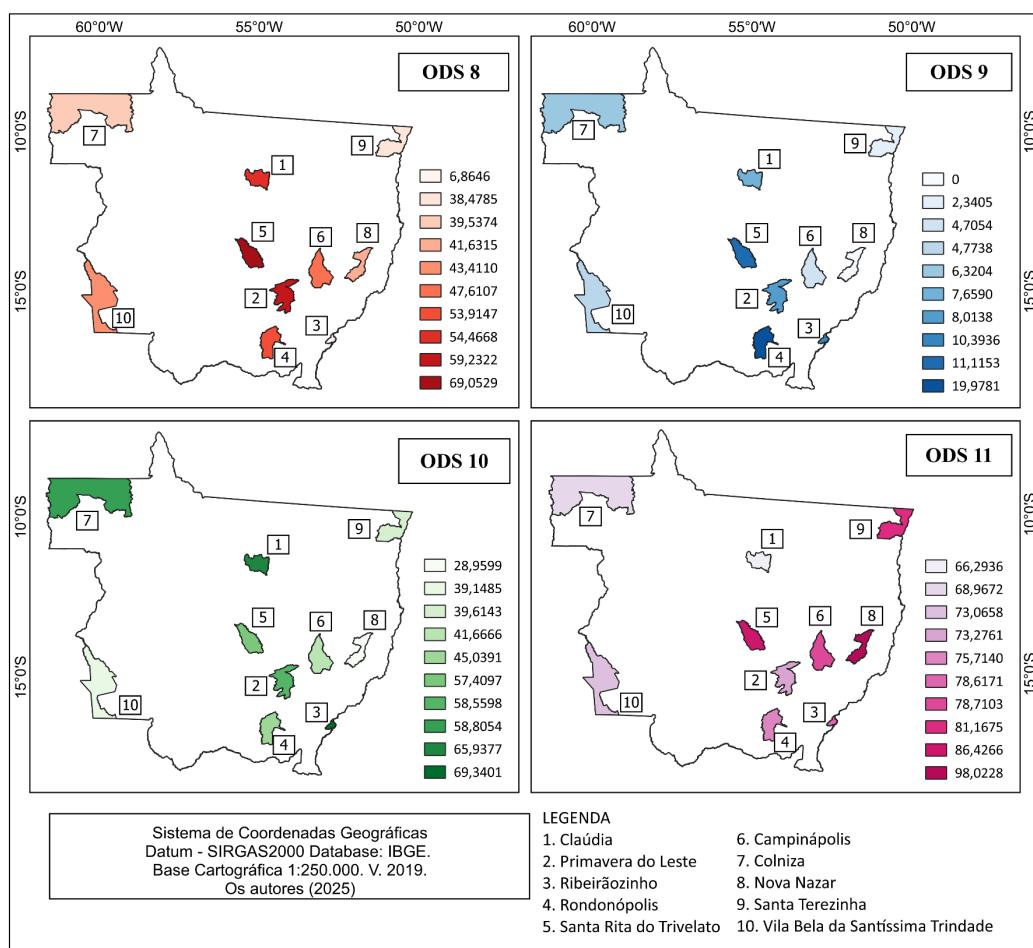
Em sequência, o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) se destaca negativamente por apresentar as pontuações mais baixas em todas as cidades, com a maioria dos municípios pontuando abaixo de 10. Tal constatação aponta para uma lacuna significativa no desenvolvimento de infraestrutura resiliente, na promoção da industrialização inclusiva e sustentável, e no fomento à inovação e pesquisa científica em Mato Grosso. A ausência de investimentos substanciais ou de políticas eficazes nessas áreas pode, consequentemente, limitar o potencial de crescimento econômico e modernização urbana dos municípios.

O desempenho no ODS 10 (Redução das Desigualdades) demonstra considerável variabilidade entre as cidades. Municípios como Santa Rita do Trivelato, Ribeirãozinho e Primavera do Leste exibem pontuações elevadas, entre 60 e 70, indicando esforços ou resultados

positivos na redução das desigualdades de renda, acesso a serviços e oportunidades. Em contraste, Colniza e Santa Terezinha apresentam valores significativamente mais baixos, abaixo de 40, o que pode refletir maiores desafios na promoção da equidade social e econômica nessas localidades.

O ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) destaca-se com as maiores pontuações em muitas cidades analisadas. Nova Nazaré atinge o ápice, aproximando-se de 100, enquanto Santa Rita do Trivelato, Ribeirãozinho, Primavera do Leste e Santa Terezinha superam os 70 pontos. Este elevado desempenho sugere um foco considerável ou um avanço substancial na promoção de assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, abrangendo aspectos como planejamento urbano, acesso à habitação adequada e serviços básicos. O resultado notável de Nova Nazaré é particularmente relevante, indicando um possível modelo de sucesso na gestão urbana sustentável ao longo do tempo. Esses resultados podem ser observados de forma espacializada na Figura 8.

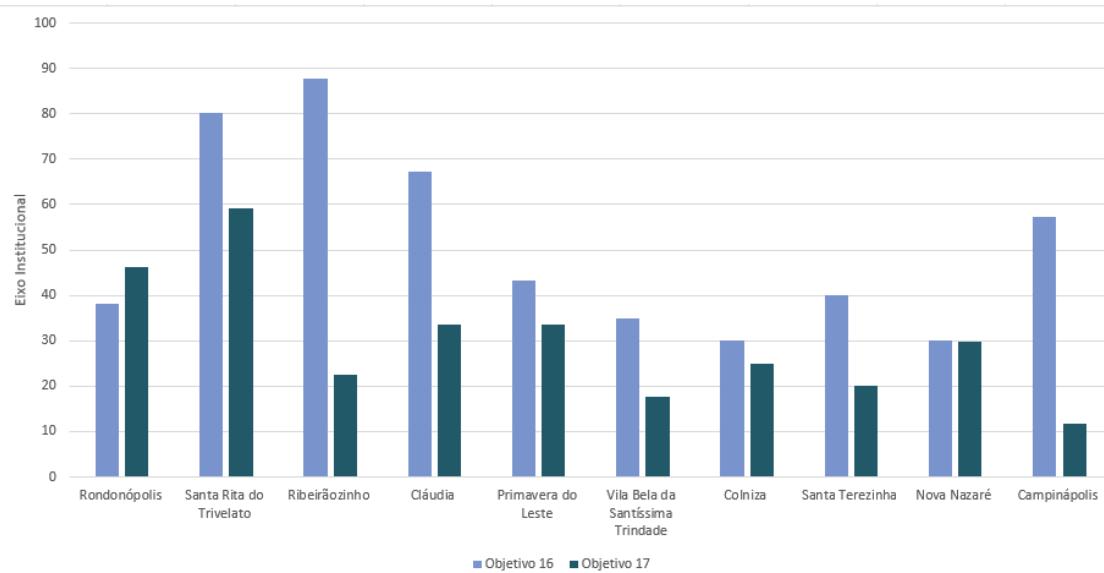
Figura 8 – Espacialização dos dados do Eixo Econômico nas cidades analisadas no estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

Por fim, o último eixo analisado é o **Eixo Institucional**, que apresentou uma considerável discrepância nos resultados entre os municípios (Figura 9). Observou-se uma variação significativa nas pontuações, com alguns municípios alcançando índices elevados, enquanto outros registraram desempenhos baixos dentro da mesma avaliação, revelando diferenças marcantes na qualidade da governança, das instituições locais e na capacidade de estabelecer parcerias eficazes.

Figura 9 – Análise do Eixo Institucional das cidades analisadas no estado de Mato Grosso



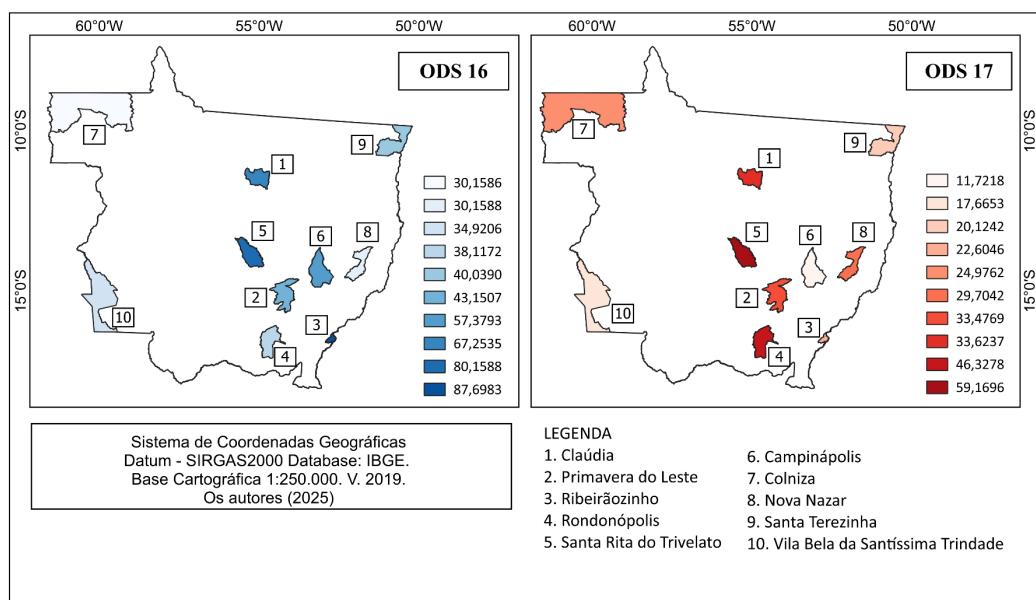
Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

O ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) manifesta um desempenho distintamente superior ao Objetivo 17 em virtualmente todos os municípios analisados. Observa-se uma amplitude notável na distribuição das pontuações, com Ribeirãozinho alcançando o valor mais expressivo (próximo a 88), e Santa Rita do Trivelato registrando uma performance robusta (aproximadamente 80). Ademais, cidades como Cláudia (cerca de 67), Campinápolis (aproximadamente 57) e Primavera do Leste (cerca de 43) demonstram patamares intermediários a elevados. Tal panorama sugere que os entes municipais de Mato Grosso, em linhas gerais, apresentam um estágio avançado na edificação de instituições eficazes, na promoção da equidade jurídica e no fomento a estruturas sociais pacíficas e inclusivas. A variação constatada, não obstante, denota a existência de nuances na governança e na solidez institucional entre as diversas localidades.

Já o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) exibe pontuações consideravelmente aquém das verificadas no ODS 16 em todos os municípios, delineando um desafio de caráter generalizado. Santa Rita do Trivelato emerge como uma exceção notável, com um valor próximo a 60, o que pode indicar uma capacidade ou engajamento mais acentuado na consolidação de parcerias e na mobilização de recursos para a concretização do desenvolvimento sustentável. As demais municipalidades, incluindo Rondonópolis (aproximadamente 45), Cláudia (cerca de 33), Primavera do Leste (cerca de 33), Colniza (cerca

de 25), Santa Terezinha (cerca de 20), e Campinápolis (cerca de 12), exibem pontuações baixas, com Ribeirãozinho e Nova Nazaré registrando os índices mais modestos (em torno de 22 e 30, respectivamente). A fragilidade observada neste ODS sublinha a imperatividade de fortalecer as capacidades de financiamento, tecnológicas e de estabelecimento de alianças multisectoriais para a efetivação da Agenda 2030. A Figura 10 apresenta a espacialização dos dados analisados para as cidades do estado de Mato Grosso.

Figura 10 – Espacialização dos dados do Eixo Institucional nas cidades analisadas no estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis, adaptado pelos autores (2025).

A lacuna evidenciada entre o desempenho no ODS 16 e no ODS 17 sugere que, embora os municípios possam possuir arcabouços de governança interna e sistemas judiciais relativamente desenvolvidos, persistem entraves na articulação com múltiplos atores (setor privado, sociedade civil, academia, outras esferas governamentais) e na captação dos recursos indispensáveis à consecução dos ODS. A performance aquém do esperado no ODS 17 configura-se, assim, como um gargalo substancial para o avanço da Agenda 2030, haja vista que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é intrinsecamente dependente de parcerias robustas e da mobilização de meios adequados.

Para catalisar o progresso neste eixo, é preciso que os municípios de Mato Grosso direcionem esforços para o fortalecimento de suas competências em formulação e gestão de projetos colaborativos, na prospecção de fontes de financiamento inovadoras e na criação de ambientes propícios à participação multisectorial. O caso de Santa Rita do Trivelato, com sua performance destacada em ambos os ODS, pode servir como um referencial paradigmático para a identificação e a subsequente disseminação de boas práticas concernentes à governança e à construção de parcerias estratégicas em prol do desenvolvimento sustentável.



6 CONCLUSÃO

A análise comparativa dos municípios de Mato Grosso a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) revelou um panorama complexo e heterogêneo das dinâmicas territoriais e das desigualdades urbanas no estado. Os resultados demonstraram que, embora alguns municípios apresentem avanços significativos em determinados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo nos eixos Social e Ambiental, persistem desafios estruturais relacionados à inovação, infraestrutura e capacidade institucional, refletidos em baixos desempenhos em ODS como Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9) e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17).

O estudo também evidenciou que o desempenho municipal não se apresenta de forma linear ou uniforme, sendo fortemente influenciado por fatores territoriais, econômicos e institucionais. Municípios com forte presença do agronegócio tendem a registrar melhores indicadores em áreas associadas ao crescimento econômico e infraestrutura básica, enquanto localidades mais dependentes da pecuária extensiva ou com baixa capacidade de articulação institucional enfrentam maiores dificuldades em cumprir as metas da Agenda 2030.

A aplicação do IDSC como ferramenta de análise se mostrou eficaz para diagnosticar não apenas o nível de desenvolvimento sustentável dos municípios, mas também para identificar lacunas e potencialidades regionais. Os resultados reforçam a importância de políticas públicas territorializadas e integradas, que considerem as especificidades locais e busquem fortalecer a capacidade de governança, inovação e sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento das desigualdades urbanas e territoriais em Mato Grosso exige um esforço conjunto entre diferentes esferas de governo, sociedade civil e setor produtivo, a fim de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, inclusivo e socialmente justo, alinhado aos compromissos da Agenda 2030.



REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. **Territórios, políticas públicas e rearranjos espaciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- BRASIL. **Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016**. Institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 out. 2016.
- CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos. **O mundo local e a localização dos ODS**. Barcelona: CGLU, 2017.
- CNM – Confederação Nacional de Municípios. **Agenda 2030 e os ODS: Guia para os Municípios Brasileiros**. Brasília: CNM, 2021.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- GARCIA JÚNIOR, Sebastião Carlos; COSTA, Sueli Pereira da. **Geopolítica da soja e expansão do agronegócio em Mato Grosso**. Revista GeoPantanal, v. 12, n. 23, p. 46-64, 2017.
- Garrett, R. D., Koh, I., Lambin, E. F., De Waroux, Y. L. P., Kastens, J. H., & Brown, J. C. (2018). Intensificação em fronteiras agroflorestais: Respostas do uso da terra às políticas de desenvolvimento e conservação no Brasil. **Mudanças Ambientais Globais**, v. 53, p. 233-243, 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC Brasil 2023**. São Paulo: ICS, 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS e a realidade brasileira**. Brasília: IPEA, 2019.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agenda 2030 no Brasil – Subsídios para a localização dos ODS**. Brasília: IPEA, s.d.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17 ODS para transformar o nosso mundo**. Nova York: ONU, 2016.
- SACHS, Jeffrey D.; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KROLL, Christian; LAFORTUNE, Guillaume; FULLER, Grayson. **SDG Index and Dashboards Report 2019**. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 2019.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- UNDP – United Nations Development Programme. **Localizing the 2030 Agenda**. Nova York: UNDP, 2017.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Os 3 autores.
- **Curadoria de Dados:** Os 3 autores.
- **Análise Formal:** Os 3 autores.
- **Aquisição de Financiamento:** Não houve financiamento.
- **Investigação:** Os 3 autores.
- **Metodologia:** Os 3 autores.
- **Redação - Rascunho Inicial:** Os 3 autores.
- **Redação - Revisão Crítica:** Os 3 autores.
- **Revisão e Edição Final:** Os 3 autores.
- **Supervisão:** Os 3 autores.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, Caio Cesar Tomaz de Oliveira, Nivalda da Costa Nunes e Letícia Barros Silva, declaramos que o manuscrito intitulado **“Dinâmicas territoriais e desigualdades urbanas: análise comparativa das cidades mato-grossenses a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC”**:

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. (“Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida”).
3. **Conflitos Pessoais:** Não possui de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. (“Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado”).